TELEBRAS

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2019 / 2020

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.
SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A
Salas 201 Edifício Capital Financial Center - CEP: 70610-440
Brasília/DF

Sumário

Mensagem do Conselho de Administração 3

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 6

Identificação Geral 6

1. Interesse Público Subjacente às atividades empresariais 2
2. Atividades desenvolvidas 3
3. Políticas Públicas 4
4. Metas relativas ao desenvolvimento das atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas 6
5. Recursos para custeio das políticas públicas 18
6. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas 20
7. Dados econômico-financeiros 21
8. Políticas e práticas de governança corporativa 24
9. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos 25
10. Fatores de Risco 27
11. Remuneração 27
12. Comentário dos Administradores 28
13. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas 30

Figuras

Figura 1 - Mapa Estratégico 2018-2026 7

Figura 2 - Posicionamento Estratégico da Telebras 31

Figura 3 - Mapa Estratégico para o período de 2020 a 2024 32

Tabelas

Tabela 1 - Ações de investimento 19

Tabela 2 - Execução Orçamentária com Base no PDG/2019 20

Tabela 3 - Orçamento de Investimento 20

Tabela 4 - Orçamento de Investimento na Rede Nacional de Banda Larga por Região 21

Tabela 5 - Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubrica 21

Tabela 6 - Indicadores Financeiros 22

Tabela 7 - Remuneração 28

Deliberação do Conselho de Administração da Telebras

O Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, considerando as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, artigo 8º, incisos I, III e VIII e a regulamentação dada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, artigo 13, incisos I, III e VIII, **deliberou,** em sua 464ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2020, por subscrever a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Telebras – exercício 2019, em observância aos requisitos de transparência.

Brasília, 26 de novembro de 2020.

Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes
Presidente

Maximiliano Salvadori Martinhão
Representante do MC

Hélio Marcos Machado Graciosa
Conselheiro Independente

Lauro Arcângelo Zanol
Representante dos Minoritários Ordinaristas

Amir George Francis Matta
Representante dos Minoritários Preferencialistas

Romero Pinto Pedrosa
Representante dos Empregados

Mensagem do Conselho de Administração

A Telebras, sociedade anônima de economia mista e capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações (MC), apresenta sua Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2019. O documento reúne informações relevantes sobre as principais realizações do ano, com o objetivo de apresentar a saúde empresarial e a importância da Telebras no contexto nacional como viabilizadora das políticas públicas de telecomunicações.

Constituída para servir de instrumento do Estado na execução de Políticas Públicas de Telecomunicações, nos termos do Decreto nº 9.612/2018, exerce suas atividades por meio de uma rede óptica de alta resiliência de 32 mil km de extensão e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), com cobertura em todo território nacional.

O ano de 2019 foi marcado pela transformação da Telebras rumo à sustentabilidade. Os desafios judiciais foram superados e a parceria estratégica para a operação comercial do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) foi considerada legal pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Com isso, deu-se início efetivo à oferta de serviços de acesso à Internet, utilizando o SGDC, o principal ativo da Companhia.

Foram intensificados esforços no sentido de dotar a Telebras de mecanismos e instâncias de governança integrados e de métodos de gestão e controle que possibilitassem o alcance dos objetivos estabelecidos. Uma das principais ações empreendidas foi a revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2020-2024, cuja orientação estratégica reforça a condição da Telebras de instrumento de Estado para execução de políticas públicas de telecomunicações.

Em 2019, a Telebras alcançou o mais alto nível de certificação do IG-SEST – nível 1, indicador que tem por objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que buscam implementar as melhores práticas de mercado e nível de excelência em governança corporativa nas Empresas Estatais Federais.

A Telebras atuou, também, no replanejamento de sua rede, e todos os projetos relacionados ao segmento terrestre foram revistos, alterados e atualizados, buscando maior eficiência de custos, atualização tecnológica de sua planta, ampliação da capacidade de seu *backbone* e a expansão de trechos para as abordagens terrestres necessárias às estações de comunicação satelital do SGDC.

Destaca-se, ainda, a ampliação do atendimento da rede de serviço satelital terrestre do SGDC que interconecta todas as estações de monitoramento, Teleportos e Centros de Operação Espacial. Essas estações estão presentes nas cinco regiões do País e em estações terrestres nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraíba, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

A Telebras iniciou a prestação de serviços com tecnologia *Virtual Private Network* (Rede Privada Virtual - VPN), utilizando o acesso à Internet do SGDC para conexão segura das unidades mais afastadas dos clientes às suas redes corporativas próprias, tornando possível a comunicação de escritórios localizados em áreas remotas do País aos centros regionais e nacionais dos clientes.

Na contribuição ao Estado, a Telebras atuou como executora do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), tornando possível a conexão à internet em banda larga para milhões de pessoas que estão em universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público. Aproximadamente 10.000 pontos foram conectados, dos quais quase 8.000 em escolas. Com uma solução de qualidade, segura e de alta disponibilidade em todo o território nacional, mais de 2 milhões de alunos foram conectados à internet.

Importante ressaltar o relevante apoio prestado pela Telebras ao País no exercício de sua função social. Em janeiro de 2019, imediatamente após o rompimento da Barragem da Companhia Vale do Rio Doce, em Brumadinho - MG, a Telebras forneceu internet de alta velocidade, via satélite, que deu suporte às equipes de resgate da Defesa Civil, o que facilitou o contato com hospitais e a comunicação entre parentes das vítimas. Ao final da primeira semana, a Telebras já contava com 22 antenas instaladas, mostrando rápida resposta à demanda gerada pela tragédia, em que a conectividade via satélite foi fundamental para manter o bom

e rápido fluxo de informações que os socorristas e a sociedade precisavam nas primeiras horas e dias, após o ocorrido.

É a Telebras exercendo seu papel como instrumento de Estado para execução de políticas públicas de telecomunicações.

Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes
Presidente do Conselho de Administração

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com as disposições da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, art. 8º incisos I, III e VIII; e a regulamentação dada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, art. 13, incisos I, III e VIII, o Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A., subscreve a presente Carta Anual sobre políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2019.

Identificação Geral

CNPJ:	00.336.701/001-04 e NIRE: 533.0000.223/1
Sede:	Brasília/DF
Tipo de estatal:	Sociedade de economia mista
Acionista controlador:	União
Tipo societário:	Sociedade por ações
Tipo de capital:	Aberto
Abrangência de atuação:	Nacional
Setor de atuação:	Telecomunicações
Diretor Administrativo-Financeiro:	André Luís Gomes Monteiro (atual) Telefone: (61) 2027.1202 e-mail: andre.monteiro@telebras.com.br
Em 31.12.2019:	Antônio José Mendonça de Toledo Lobato José Orlando Ribeiro Cardoso
Auditores Independentes:	Crowe Consult Paulo Sérgio da Silva (41) 3350.6013 paulo.silva@crowe.com.br

Conselho de Administração (CA) – Composição atual

Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes – CPF 808.xxx.xxx-72 – Presidente CA
Maximiliano Salvadori Martinhão – CPF 158.xxx.xxx-69 – Representante MC
Hélio Marcos Machado Graciosa – CPF 239.xxx.xxx-53 – Independente
Romero Pinto Pedrosa – CPF 910.xxx.xxx-20 – Representante Empregados
Lauro Arcângelo Zanol – CPF 198.xxx.xxx-20 – Representante dos Minoritários Ordinaristas
Amir George Francis Matta - CPF: 075.xxx.xxx-81 – Representante dos Acionistas Minoritários Preferencialistas

Conselho de Administração (CA) – Composição em 31.12.2019

Maximiliano Salvadori Martinhão – CPF 158.xxx.xxx-69 – Presidente CA
Waldemar Gonçalves Ortunho Junior – CPF 499.xxx.xxx-72 – Presidente da Telebras
Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes – CPF 808.xxx.xxx-72 – Representante MCTI
Marcio Barreira Campello – CPF 078.xxx.xxx-89 – Representante Preferencialistas
Hélio Marcos Machado Graciosa – CPF 239.xxx.xxx-53 – Independente
Péricles Augustus Barbosa Póvoa – CPF 910.xxx.xxx-20 – Representante Empregados
Lauro Arcângelo Zanol – CPF 198.xxx.xxx-20 – Representante dos Minoritários

Diretoria Executiva – Composição Atual

André Luís Gomes Monteiro – CPF 621.xxx.xxx-53 – Diretor Administrativo Financeiro
Bráulio de Paula Machado – CPF 497.xxx.xxx-00 – Diretor Comercial
Rodrigo Martins Prates – CPF 500.xxx.xxx-87 – Presidente Interino e Diretor de Governança e Relações com Investidores

Diretoria Executiva – Composição em 31.12.2019

Waldemar Gonçalves Ortunho Junior – CPF 499.xxx.xxx-72 – Presidente da Telebras
André Luís Gomes Monteiro – CPF 621.xxx.xxx-53 – Diretor Administrativo - Financeiro
Bráulio de Paula Machado – CPF 497.xxx.xxx-00 – Diretor Comercial
Rodrigo Martins Prates – CPF 500.xxx.xxx-87 – Diretor de Governança e Relações com Investidores
Emilio Carlos Acocella – CPF 934.xxx.xxx-15 – Diretor Técnico – Operacional

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Telebras, subscrita pelo Conselho de Administração, destina-se à sociedade, e reúne as principais informações relativas à consecução de objetivos de políticas públicas e às práticas de governança corporativa adotadas pela empresa, conforme detalhado a seguir.

1. Interesse Público Subjacente às atividades empresariais

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), criada pela Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio, pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e demais disposições legais aplicáveis.

Ao longo de seus 47 anos de existência, passou por diversas mudanças para atender demandas estruturais e de Governo. Em 1997, a Lei nº 9.472, de 16 de Julho, determinou a reestruturação e desestatização das Empresas Federais de Telecomunicações, entre elas a Telebras. Em 2010, o Decreto nº 7.175, de 12 de maio, instituiu o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), atribuindo à Telebras, dentre outras, a responsabilidade de prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga.

Em 2018, o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro, revogou o Decreto nº 7175/2010, mantendo as atribuições da Telebras, conforme descrito a seguir:

> *" Art. 12. As políticas públicas de telecomunicações de que trata este Decreto substituem, para todos os fins legais, o Programa Nacional de Banda Larga e o Programa Brasil Inteligente, mantidas as seguintes atribuições da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras:*
>
> *I - implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal;*
>
> *II - prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, tele centros comunitários e outros pontos de interesse público;*
>
> *III - provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e*
>
> *IV - prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.*
>
> *§ 1º A Telebras exercerá suas atividades nos termos da legislação.*
>
> *§ 2º Os sistemas de tecnologia de informação e comunicação destinados às atividades de que tratam os incisos I e II do caput são considerados estratégicos para fins de contratação de bens e serviços relacionados à implantação, à manutenção e ao aperfeiçoamento.*

> *§ 3º A implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal de que trata o inciso I do caput consistirá na provisão de serviços, infraestrutura e redes de suporte à comunicação e à transmissão de dados, na forma da legislação em vigor.*
>
> *§ 4º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações definirá as localidades onde inexista a oferta adequada de serviços de conexão à internet em banda larga a que se refere o inciso IV do caput.*
>
> *§ 5º A Telebras permanece autorizada a usar, fruir, operar e manter a infraestrutura e as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da administração pública federal e a firmar o correspondente contrato de cessão, na hipótese de uso de infraestrutura detida por entidade da administração pública federal indireta.*
>
> *§ 6º As ações executadas ou em execução com fundamento nos programas indicados no caput não serão prejudicadas pela entrada em vigor deste Decreto.*

Em consonância com suas atribuições legais, a Telebras atua como agente de inclusão digital do Estado, com o propósito de levar conectividade e internet de alta capacidade e excelente qualidade às localidades não atendidas ou com baixo atendimento, bem como atender às demandas de soluções em serviços de conexão para a Administração Pública, cumprindo sua função social.

2. Atividades desenvolvidas

Em 2019, a Telebras cumpriu suas atribuições legais, fornecendo os seguintes serviços:

Conexão à Internet - IP TELEBRAS

O IP Telebras é um serviço de acesso à internet - ágil, seguro e efetivo - concebido para atendimento a partir de um *backbone* óptico com abrangência nacional, para atendimento à demanda dos clientes provedores regionais, Governo e clientes corporativos.

P2P – Conexão Ponto a Ponto

O serviço de conexão ponto a ponto, também conhecido como L2VPN, é o serviço de comunicação que interliga, por meio de circuitos dedicados, pontos de interesse das empresas, órgãos e entidades do governo que necessitam realizar conexões entre dois pontos distantes em nível nacional, metropolitano ou regional.

Redes Privativas MPLS - L3VPN

O produto L3VPN é a solução de redes corporativas convergentes baseada na tecnologia MPLS - *MultiProtocol Label Switching*, que combina a inteligência do roteamento com o desempenho da comutação.

Com essa solução, as empresas podem integrar suas aplicações de dados, voz e vídeo, usando uma única infraestrutura e ganhando qualidade e economia na condução dos

seus negócios. A L3VPN é utilizada pelos clientes para criação de redes corporativas privativas, sem a necessidade de investimento para a construção de rede física, valendo-se da infraestrutura da Telebras.

IP Satélite - SGDC

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação - SGDC opera nas bandas X e Ka e cobre todo o território brasileiro, inclusive, parte das 200 milhas náuticas do mar territorial.

O SGDC permite prover conexão à internet especialmente em regiões remotas e regiões não atendidas por redes terrestres convencionais, podendo alcançar 100% do território nacional.

O produto IP Satélite preenche a lacuna do mercado consumidor, corporativo e governamental, que precisa ser atendido ou que enfrenta limitações de qualidade devido às dimensões continentais do território nacional.

Esses serviços são suportados pela infraestrutura da Telebras composta por rede óptica de alta resiliência com 32 mil km de extensão e pelo Satélite Geoestacionário de Defesa, que cobre todo o território nacional.

A receita operacional bruta alcançada, pela empresa, em 2019, foi de R$ 204,2 milhões, proveniente das seguintes fontes:

- Serviço de comunicação multimídia, que contempla produtos e serviços atendidos por meio dos segmentos satélite e terrestre;
- Locação de Capacidade Satelital; e
- Aluguéis e Locações.

Em 2019, a Telebras não apurou lucros ou prejuízos por segmentos de serviços.

3. Políticas Públicas

No exercício de suas atribuições, em 2019, a Telebras atuou na implementação de políticas de acessibilidade por meio dos projetos de inclusão digital - **Programa de Inovação Educação Conectada**, do Ministério da Educação, e **Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (GESAC**), do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTIC, atual Ministério das Comunicações-MC,

disponibilizando o seu serviço de internet banda larga, via satélite, para cerca de 2,5 milhões de alunos, distribuídos em 11,6 mil pontos, dos quais cerca de 80% em área rural e 79% nas regiões Norte E Nordeste.

Suportou, mediante contratos celebrados com mais de 40 clientes do Governo Federal, serviços essenciais para a sociedade brasileira, provendo redes privativas de comunicação e serviços de telecomunicação para atendimento dos serviços previdenciários, preservação e conservação da biodiversidade, promoção do trabalho, soberania e defesa nacional, proteção da Amazônia, serviço de apoio à micro e pequenas empresas, entre outros.

Forneceu aos Prestadores de Pequeno Porte - PPP - o serviço IP Telebras, viabilizando o acesso à banda larga aos consumidores finais em localidades onde inexiste a oferta adequada de internet. Incentivou, assim, o desenvolvimento dessas empresas e ampliou o atendimento das políticas públicas de telecomunicações.

Além de oferecer a coesão de uma rede de comunicação única para o País, a Telebras é capaz de atuar estabelecendo conexões em situações de emergência pública, como na ação de comunicação e socorro quando do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho-MG, ocasião em que exerceu papel importante, auxiliando as equipes de resgate e facilitando o contato com hospitais e a comunicação entre parentes das vítimas.

Por ser a única empresa capaz de garantir as comunicações estratégicas da Defesa em todo o território nacional em situações de emergência ou calamidade e garantir sigilo e segurança às telecomunicações do Estado (Governo), a Telebras exerce, também, relevante papel no contexto da soberania nacional.

Os serviços prestados pela Telebras são suportados por uma infraestrutura nacional composta por uma rede óptica de alta resiliência de 32 mil km e pela cobertura em todo território nacional proporcionada pelo Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que são essenciais para a universalização da banda larga no Brasil.

32.000 quilômetros
de backbone de fibra óptica

1.524 municípios
já atendidos em programas sociais

8.516.000 km²
de área coberta pelo satélite

O SGDC opera nas bandas X e Ka e cobre todo o território brasileiro, inclusive uma parte das 200 milhas náuticas do mar territorial, possibilitando prover conexão à

Internet especialmente em regiões remotas e regiões não atendidas com qualidade por redes terrestres convencionais.

4. Metas relativas ao desenvolvimento das atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Os indicadores e metas que orientaram a estratégia da empresa em 2019 para a consecução dos objetivos das políticas públicas levaram em conta as diretrizes do Planejamento Estratégico formulado para o período 2018-2026 e balizaram o monitoramento do desempenho empresarial no segundo semestre de 2019.
Cabe esclarecer que o processo de formulação da estratégia para o período 2018-2026 teve início em 2017 e foi aprovado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2018.

Entretanto, o processo de implementação dessa estratégia foi desenvolvido até março de 2019 sem que os indicadores e metas estratégicos houvessem sido aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.
A essa altura, em decorrência do início do mandato do novo governo, a composição da Diretoria Executiva, exceção do Diretor de Governança, havia sido totalmente alterada. Em consequência, os novos membros precisaram de um tempo mínimo para entender a estrutura do Plano Estratégico aprovado, antes de submeter as metas para os próximos oito anos à aprovação do Conselho de Administração.

A **figura 1** apresenta o Mapa Estratégico que norteou o desempenho estabelecido para o período de julho a dezembro de 2019.

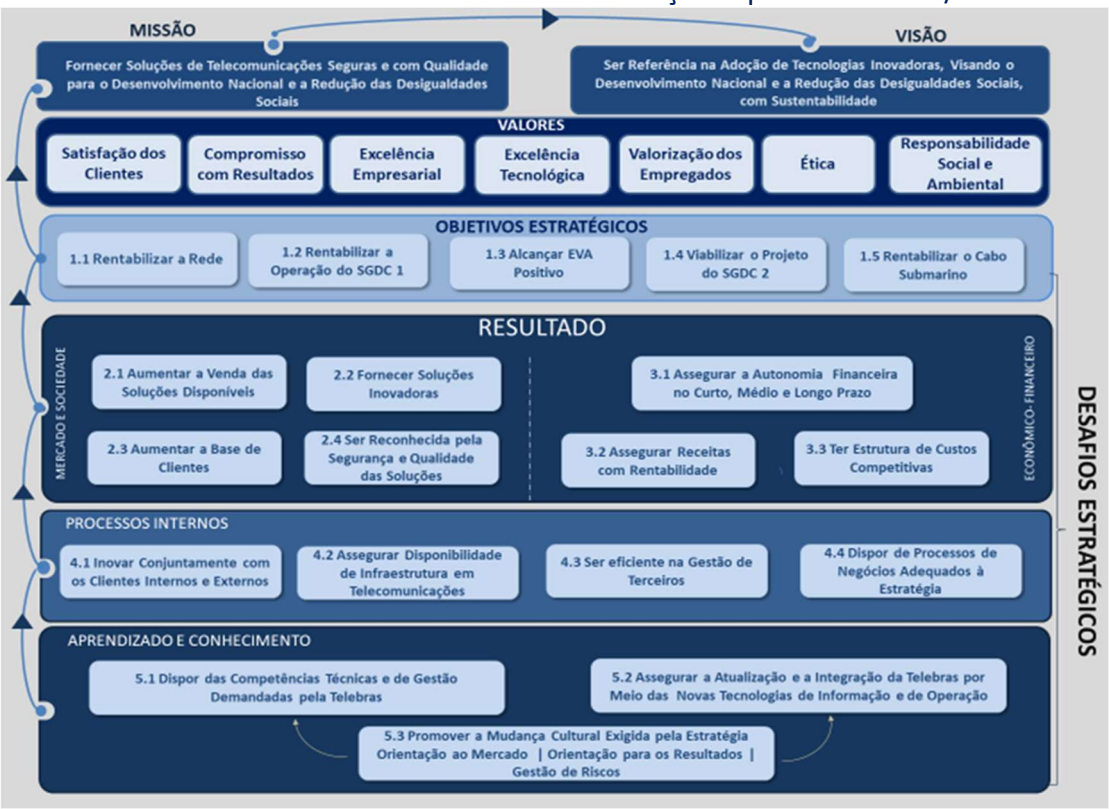


Figura 1 *- Mapa Estratégico 2018-2026*

Em junho, o Conselho de Administração aprovou as metas para o segundo semestre de 2019 para os Objetivos Estratégicos: "Alcançar o EVA Positivo", "Rentabilizar a Rede Terrestre" e "Rentabilizar o SGDC-1". Na mesma reunião, foi deliberado que as metas para os Objetivos "Viabilizar o Projeto do SGDC-2" e "Rentabilizar o Cabo Submarino" seriam aprovadas posteriormente, o que não ocorreu em razão dos fatos relatados a seguir.

SGDC2:

Em abril de 2019, o Conselho de Administração deliberou pela exclusão do Objetivo Estratégico "Viabilizar o Projeto do SGDC-2", em face da constatação de que a governança do projeto extrapola as competências da Telebras, requerendo emissão prévia de Decreto que definisse seu modelo de governança.

Cabo Submarino

As restrições orçamentárias e financeiras decorrentes do cenário fiscal apresentado em 2017 levaram o Ministério do Planejamento a suspender os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ainda não iniciados, situação em que se encontrava o projeto do Cabo Submarino para interligar diretamente o Brasil à Europa.

Em consequência, entre agosto de 2017 e janeiro de 2018, a Telebras realizou negociações para permutar sua participação acionária nas empresas-irmãs em estágio pré-operacional - EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A - por espectro no Cabo Submarino a ser construído. Os contratos foram formalizados em 12 de setembro de 2018 e entraram em vigor em 31 de dezembro de 2018, ocasião em que a Telebras recebeu em caixa todo o dinheiro que havia investido naquelas empresas.

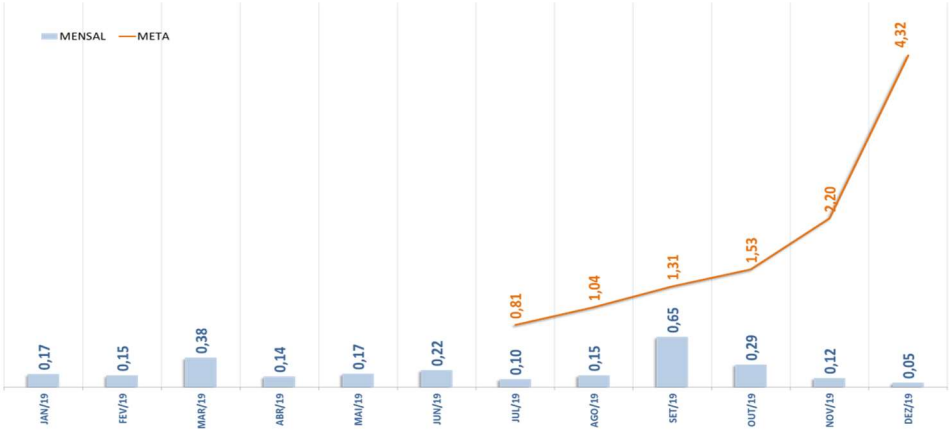
Posteriormente, a Telebras realizaria o pagamento pelo direito de uso de espectro no cabo (IRU). Contudo, durante o processo de inclusão da Telebras no Orçamento Fiscal de Seguridade Social (OFSS), a ação orçamentária 15SU "Interconexão Brasil-Europa por cabo oceânico", que havia sido incluída na programação orçamentária do PLOA 2020, foi cancelada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério da Economia. A Telebras chegou a questionar a possibilidade de manutenção da Ação 15SU. Contudo, a SOF esclareceu que, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias, só poderiam ser incluídos novos projetos mediante garantia da disponibilidade de recursos para cobrir as despesas de funcionamento e para os projetos que já estivessem em andamento. Portanto, não poderia reincluir a Ação para o Cabo Oceânico. Em face desse cenário, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração deliberaram pela suspensão da participação da Telebras no projeto, tornando sem efeito o objetivo estratégico "Rentabilizar o Cabo Submarino".

Apresentamos a seguir o desempenho alcançado para os objetivos estratégicos monitorados no período de julho a dezembro de 2019.

Objetivo Estratégico **Rentabilizar a Rede Terrestre**

1º Indicador **Vendas Terrestres – Global**: consolidação dos indicadores de vendas rede terrestre Governo e Privado Governo.

Meta e Resultado

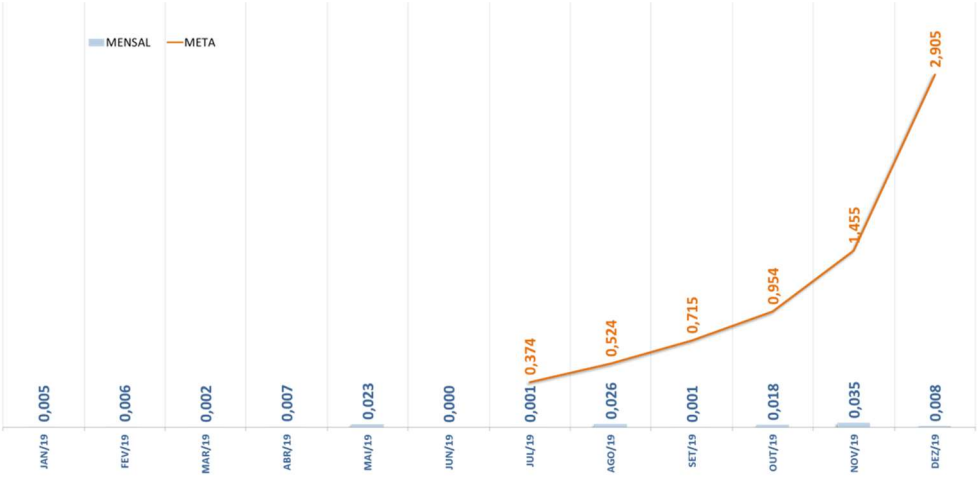


A meta mensal do mês subsequente leva em consideração a diferença entre a meta no mês anterior menos a sua não realização.

O desempenho alcançado foi insatisfatório, sendo o baixo desempenho das vendas previstas para o segmento governo o fator mais impactante. A queda na previsão das vendas foi causada, em grande parte, pela revogação do Decreto nº 8.135/2013. Na sequência, será analisado o desempenho por segmento.

2º Indicador – **Vendas Rede Terrestre – Governo**

Meta e Resultado

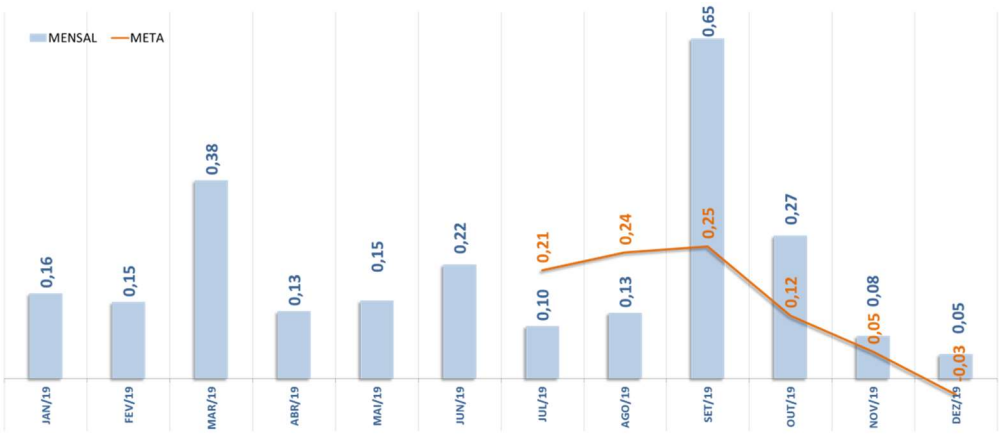


O desempenho insatisfatório foi motivado, principalmente, pela revogação do Decreto nº 8.135/2013, eliminando a possibilidade de contratação direta dos serviços da Telebras pelos órgãos públicos federais. Este fator impactou fortemente as renovações contratuais e fechamentos de novos negócios.

A revisão da estratégia, iniciada em 2019, irá orientar o desenvolvimento de novos modelos de negócio e estratégia comercial, com geração de produtos voltados para o atendimento das necessidades de governo, em consonância com os dispositivos do marco legal da Telebras.

3º Indicador – **Vendas Rede Terrestre – Privado**

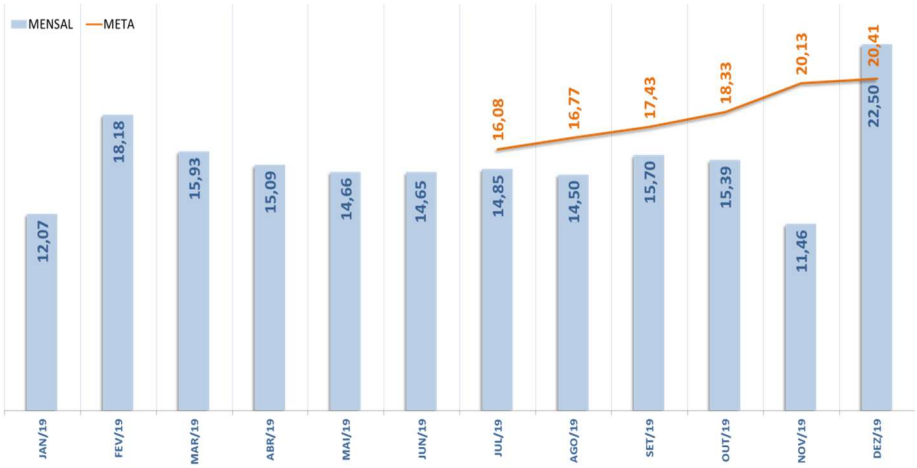
Meta e Resultado



O excelente desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo pico de vendas registrado em setembro/19 com aproximadamente R$ 556 mil em novas vendas.

4º Indicador – **Receita Operacional Bruta – Rede Terrestre**

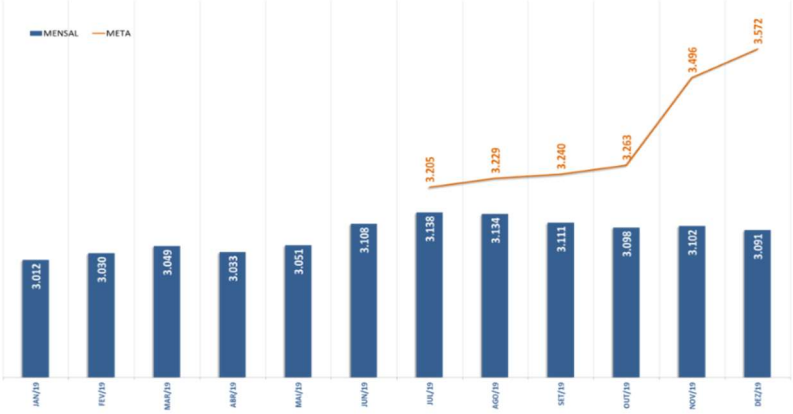
Meta e Resultado



Este indicador apresentou um desempenho satisfatório. Em dezembro, houve reconhecimento de aumento da receita devido à previsão a menor do mês anterior: Ministério do Trabalho: R$ 5,4 milhões, MPOG: R$ 1,1 milhão e Viasat: R$ 1,3 milhão.

5º Indicador: **Circuitos Ativos Acumulados – Rede Terrestre**

Meta e Resultado

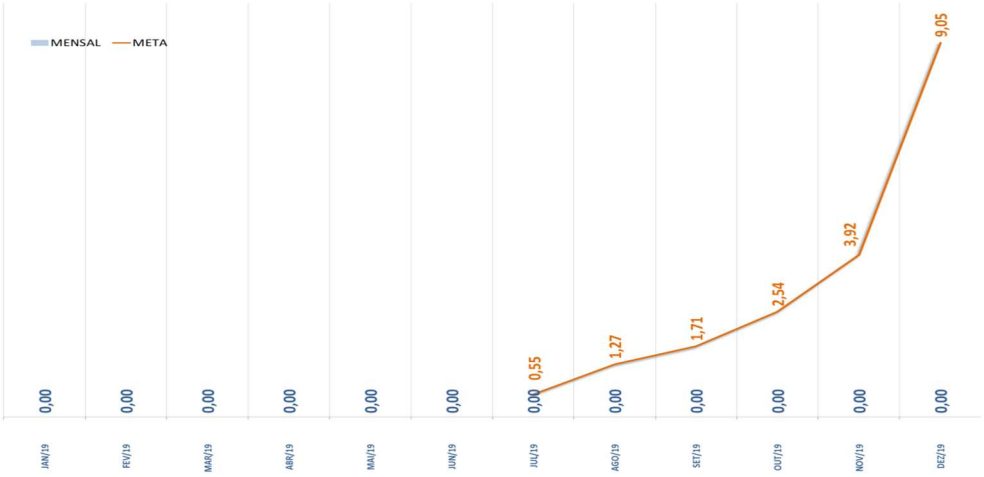


Este indicador apresentou um desempenho insatisfatório. A meta estabelecida foi de 3.572 circuitos ativos na rede terrestre dos quais foram efetivados 3.091 circuitos. Apesar de a realização estar próxima da meta, 86,53% da meta estabelecida, a queda no número de circuitos durante o semestre indica perda de clientes da base e consequentemente perda de receitas.

Objetivo Estratégico **Rentabilizar o SGDC**

1º Indicador **Novas Vendas – Telebras**

Meta e Resultado



O baixo desempenho foi motivado pelo atraso no início das vendas, resultante dos processos judiciais envolvendo a parceria entre a Viasat e a Telebras, provocou a defasagem dos preços estabelecidos em comparação aos valores praticados pelo mercado, dificultando a comercialização dos serviços.

Está prevista para 2020 a revisão dos preços para os serviços satelitais.

2º Indicador **Receita Operacional Bruta – SGDC**

Meta e Resultado

A meta estabelecida não foi alcançada em razão da não realização das receitas previstas. Estão planejadas para 2020 ações de gestão visando a realização da receita prevista na parceria com a Viasat.

3º Indicador **Localidade Atendidas – SGDC**

Inicialmente, a meta desse indicador não foi estabelecida, pois estava vinculada aos pedidos do Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) e, consequentemente, à demanda pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

Até dezembro/19, foram solicitados, para o Gesac, o atendimento de 2.758 municípios e a Telebras realizou 2.749 municípios, representando 99,67% dessas solicitações.

Foram atendidos 1.356 municípios na região Nordeste (49,33%) e 354 municípios na região Norte (12,88%) perfazendo um total de 1.710 municípios, ou seja, 66,20% do total de municípios atendidos. Isso demonstra a ação relevante da Telebras no programa Conecta Brasil e contribuições para os programas Norte Conectado e Nordeste Conectado.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do atendimento por unidade da federação.

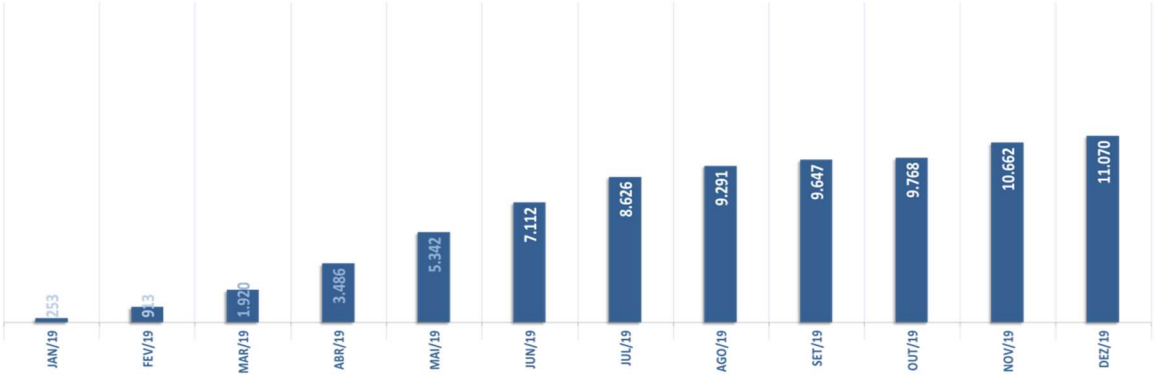
4º Indicador **Pontos Ativados SGDC**

Meta e Resultado

A meta estabelecida foi de 9.120 pontos ativados e foram ativados 3.958 pontos, de julho a dezembro de 2019, resultando em 43,40% de alcance da meta.

A meta estabelecida considerou a realização de novas vendas do SGDC, que não se concretizaram, ressaltando que dos 11.458 pontos solicitados pelo MCTIC, 11.070 foram instalados em 2019, o que corresponde a 96,61% do total solicitado.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das ativações realizadas ao longo do exercício.



Objetivo Estratégico **Alcançar o EVA Positivo**

1º Indicador **EBITDA**

Meta e Resultado

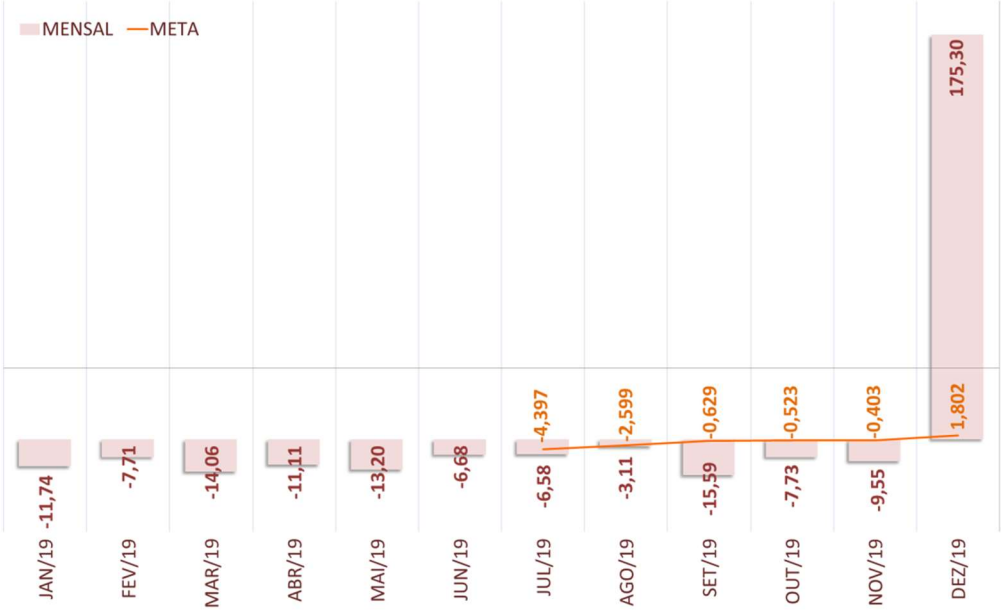
EBITDA

O QUANTO A EMPRESA GERA DE RECURSOS APENAS EM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, SEM LEVAR EM CONSIDERAÇÃO OS EFEITOS FINANCEIROS E DE TRIBUTOS.

	META	REALIZADO	ALCANCE %	POL.
SEMESTRAL	1,802	175,30	9.725,8	↑

MILHÕES (R$)

ID: PO.3.2.0 FONTE: GFC



Este indicador apresentou um desempenho excelente. A meta estabelecida para o EBITDA foi de R$ 1,802 milhão para dezembro e a sua realização alcançou o valor de R$175 milhões para o mesmo mês, o que representou 9.625% da meta.

2º Indicador **Custos e Despesas Operacionais**

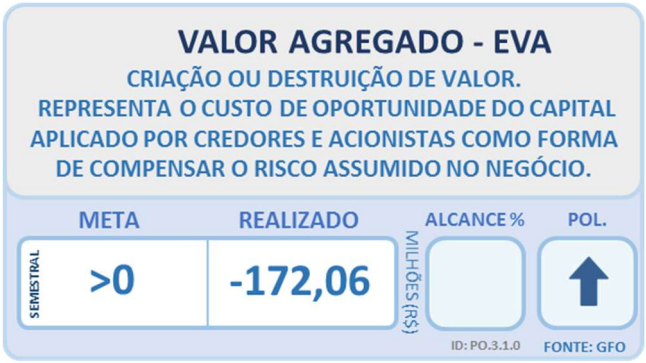
Meta e Resultado

Os resultados mensais se mantiveram no mesmo patamar e próximo às metas mensais, exceto nos meses de setembro e dezembro. A partir de julho, ocorreu o aumento substancial com aluguéis, locações e seguros (2º semestre: R$ 69,9 milhões).

Em setembro, ocorreu o reconhecimento de baixa de créditos tributários de ICMS-CIAP contra o resultado no valor de R$10,84 milhões. Em dezembro, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PDD) aumentou para R$7,8 milhões. Além disso, os serviços de terceiros somaram R$ 11,3 milhões no mês e outras despesas operacionais – tributos – acrescentaram o valor de R$22 milhões nos custos e despesas operacionais.

3º Indicador ***Economic Value Added – EVA***

Meta e Resultado



Apesar do resultado alcançado estar abaixo da meta, o número apresentado em dezembro de 2019 foi o melhor desde 2015.

5. Recursos para custeio das políticas públicas

Para o financiamento dos investimentos em ativos não circulantes no exercício de 2019, a Telebras obteve, como fonte principal de financiamento, recursos aportados pela União (Acionista Controlador) para futuro aumento de capital.

Recursos advindos da receita operacional da Companhia e aportes da União contribuíram para o financiamento de capital de giro.

Os dispêndios da Telebras na Rede Nacional de Banda Larga e no Sistema de Comunicação via satélite foram financiados por aportes de capital realizados por seus investidores, empréstimos e pela receita da Companhia resultante de sua prestação de serviços.

No ano de 2019, não houve emissão de ações e subscrição de capital. No entanto, a União realizou adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$ 1 bilhão, R$ 148 milhões para o Sistema de Comunicação via satélite (Ação 146Z - Aquisição de um Satélite em Posição Orbital), liberados no decorrer do exercício e R$ 852 milhões para investimento na Rede Nacional de Telecomunicações (Ação 12OF –

Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga), liberados em dezembro.

A Telebras dispõe, ainda, de uma linha de crédito junto à Financiadora de Inovação e Pesquisa- FINEP, da ordem de R$ 256 milhões, destinada à construção do satélite SGDC.

Foram previstos dispêndios de capital com a utilização de recursos próprios, oriundos da receita, para financiar as demais ações (4101, 4102 e 4103) que somam 17,74 milhões. Em 2019, a receita operacional bruta foi de R$ 264 milhões.

A **tabela 1** apresenta as ações de investimento e respectivas fontes, previstas para 2019.

Em R$ Milhões

Ação	Descrição	Aprovado LOA/2019	Meta Física	Fonte
12OF	Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga	852,00	945 municípios implantados	Tesouro
146Z	Aquisição de um Satélite em Posição Orbital	148,00	5% do projeto*	Tesouro
4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	0,10	Não se Aplica	Próprio
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	0,33	Não se Aplica	Próprio
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	17,31	Não se Aplica	Próprio
Total		**1.017,73**		

* A meta física da Ação 146Z refere-se aos 5% necessários para a comclusão do projeto.

Tabela 1 *- Ações de investimento*

Cabe destacar que os recursos do orçamento de investimento estão destinados à atualização tecnológica dos serviços de telecomunicações ofertados pela Companhia, em especial, na Rede Nacional de Banda Larga e no Sistema de Comunicação via Satélite através do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC.

6. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Em 2019, a Companhia realizou 11% do orçamento de R$ 1.017,73 milhões aprovado na LOA- 2019. Foram investidos R$ 81,7 milhões (76,5%) no projeto SGDC, R$ 19,5 milhões (18,3%) na implantação da infraestrutura terrestre e R$ 5,55 milhões (5,2%) em ativos de informática.

O baixo nível de investimentos em 2019 2019 é resultante da tardia liberação dos recursos para investimento, que ocorreu somente no mês de dezembro.

A **tabela 2** apresenta os dados da execução orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2019 aprovado (reprogramação) com a Portaria nº 631, de 4/12/2019, do Ministério da Economia:

Fontes e Usos (R$ milhões)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
Fontes de Recursos	**R$ 1.515,78**	**R$ 1.333,92**	**114%**
Receitas Correntes	R$ 508,81	R$ 327,16	156%
Receitas de Capital	R$ 1.006,97	R$ 1.006,76	100%
Usos de Recursos	**R$ 647,78**	**R$ 1.609,65**	**40%**
Dispêndios Correntes	R$ 539,90	R$ 589,35	92%
Dispêndios de Capital	R$ 107,88	R$ 1.020,30	11%

Tabela 2 *- Execução Orçamentária com Base no PDG/2019*

A **tabela 3** apresenta o Orçamento de Investimento (OI) da Telebras, aprovado e realizado. Corresponde a versão final aprovada pela Lei nº 13.808/2019 e Portaria nº 631, de 4/12/2019, do Ministério da Economia.

Dispêndios de Capital (R$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Investimentos	**R$ 106,85**	**R$ 1.017,74**	**10%**
12OF - Rede Nacional de Banda Larga	R$ 19,53	R$ 852,00	2%
146Z - Comunicação via Satélite	R$ 81,75	R$ 148,00	55%
4101 - Bens Imóveis	-	R$ 0,10	0%
4102 - Bens Móveis	R$ 0,03	R$ 0,33	9%
4103 - Tecnologia da Informação	R$ 5,54	R$ 17,31	32%

Tabela 3 *- Orçamento de Investimento*

O investimento por região da federação ficou abaixo do aprovado para o ano de 2019. A Região Sudeste foi a que mais recebeu investimentos, uma vez que as conexões originadas nos diversos Estados da federação dependem de tráfego nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A **tabela 4** detalha o Orçamento de Investimento na **Ação 12OF – Implantação da infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região do Brasil**.

Região	OI Realizado	OI Aprovado	Realização
Norte	R$ 4,25	R$ 160,23	3%
Nordeste	R$ 1,85	R$ 217,93	1%
Sudoeste	R$ 7,88	R$ 136,73	6%
Sul	R$ 1,73	R$ 103,64	0%
Centro-Oeste	R$ 3,82	R$ 233,47	2%
Total	R$ 19,53	R$ 852,00	2%

Tabela 4 *- Orçamento de Investimento na Rede Nacional de Banda Larga por Região*

7. Dados econômico-financeiros

Condições financeiras e patrimoniais gerais

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os exercícios de 2017 e 2019, a análise vertical (AV), a análise horizontal (AH) e as explicações acerca das principais variações estão apresentados nas tabelas 5 e 6.

R$ mil	Exercícios findos em:			
				2019
Rubricas	Valor	AV%	AH% - 2018	AH% - 2017
Ativo Circulante	1.179.149	27,4%	239,0%	222,2%
Ativo Não Circulante	3.118.837	72,6%	-3,7%	1,9%
Realizável a Longo Prazo	280.475	6,5%	-16,7%	-2,4%
Investimentos	80.841	1,9%	9,1%	16,8%
Imobilizado	2.737.349	63,7%	-2,5%	2,0%
Intangível	20.172	0,5%	-0,2%	4,1%
Ativo Total	4.297.986	100,0%	19,9%	25,5%
Passivo Circulante	233.786	5,4%	22,0%	1,5%
Passivo Não Circulante	2.417.467	56,2%	-20,0%	-7,2%
Passivo Exigível	2.651.253	61,7%	-17,5%	-6,5%
Patrimônio Líquido	1.646.733	38,3%	344,5%	179,2%
Passivo Total	4.297.986	100,0%	19,9%	25,5%

Tabela 5 *- Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubrica*

Indicadores Financeiros	Medida	2019
Liquidez Corrente	Índice	7,7046
Liquidez Geral	Índice	2,25
Composição do Endividamento	%	23,69%
Grau de Endividamento	%	14,89%
Participação de Capital de Terceiros	%	17,58%

Tabela 6 *- Indicadores Financeiros*

Ativo Circulante – O Ativo Circulante no final do ano de 2019 apresentou crescimento de 239,0% e 222,2% em relação aos anos de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento em relação aos períodos comparados é explicado basicamente pelo aumento da rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, devido aos aportes financeiros realizados pelo acionista controlador, a União, durante o exercício de 2019, no valor de R$ 1,0 bilhão. No final de 2019, essa rubrica registrou R$ 852,1 milhões (R$ 156,1 em 2018 e R$ 198,9 milhões em 2017). Outro fato que contribuiu para o crescimento foi o reconhecimento do superávit de previdência privada que será vertido para a Telebras no valor de R$ 202,5 milhões e repassado em 36 parcelas mensais. O valor do Ativo Circulante reconhecido sobre esse valor foi de R$ 67,5 milhões. As demais rubricas não apresentaram variações relevantes.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou-se estável na comparação entre o exercício de 2019 e os exercícios de 2018 e2017. As principais variações que ocorreram nas rubricas de Realizável a Longo Prazo e Imobilizado conforme segue:

- **Tributos a Compensar/Recuperar:** A redução de 16,7% da rubrica é explicada: i) baixa de créditos tributários que estavam vinculados à liquidação da dívida com a empresa VTUM Produções e Empreendimento Ltda. no montante de R$ 121,7 milhões; e ii) transferência de créditos tributários para o Circulante, devido ao fato de que sua realização ocorrerá nos próximos 12 meses.
- **Superávit de Previdência Privada**: Reconhecimento da parcela de Não Circulante relativo ao valor a ser recebido pela Telebras no valor de R$ 129,4 milhões, em função da distribuição do superávit dos PBS-A e PBS Telebras.
- **Imobilizado:** Na comparação entre o exercício de 2019 e os exercícios de 2018 e 2017, verificou-se estabilidade, com variações de -2,5% e 2,0%, respectivamente.

Passivo Circulante: O comportamento desta rubrica na comparação entre os exercícios de 2019 e 2018 demonstrou uma variação positiva de 22,0%, justificada, principalmente, pelo reconhecimento de obrigações que vencerão nos próximos 12 meses, tais como: i) Empréstimos e Financiamentos, que tem previsão de amortização de parcelas a partir de maio de 2020; ii) Receitas Diferidas relativa a prestação de serviços ao Ministério de Defesa (Banda X); e iii) reconhecimento de receitas diferidas realizadas pelo MCTIC para prestação de serviços vinculados ao programa GESAC no valor de R$ 45,9 milhões em dezembro de 2019. Com relação ao exercício de 2017, o Passivo Circulante apresentou-se estável.

Passivo Não Circulante - O Passivo não Circulante apresentou variação negativa de 20,0% e 7,2% na comparação com os exercícios de 2018 e 2017, respectivamente. As principais rubricas responsáveis por estas variações foram:

- **Empréstimo de Financiamentos:** Redução de 8,2% na comparação entre 2019 e 2018, devido à transferência de R$ 28,2 milhões relativos a parcelas de empréstimo que serão amortizadas no decorrer exercício de 2020.
- **Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC):** Na comparação entre o exercício de 2019 e 2018, a rubrica apresentou redução de 21,4%. Essa diminuição é justificada pela transferência do valor de R$ 1.512,7 milhões para o Patrimônio Líquido relativa à parcela dos aportes que serão objeto de aumento de capital. Essa queda foi parcialmente amortizada pelos aportes realizados pela União no exercício de 2019, no montante de R$ 1,0 bilhão.
- **Receitas Diferidas**: Apresentou redução de 8,2% e 18,9% em relação aos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente. A variação negativa é explicada pela transferência para o Circulante em função da realização por competência.
- **Patrimônio Líquido** – O exercício de 2019, quando comparado ao de 2018, demonstrou variação positiva de 344,5%. Essa variação é resultado dos seguintes eventos: i) transferência de recursos capitalizáveis (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC) no valor de R$ 1,5 bilhões, do Não Circulante para o Patrimônio Líquido devido ao processo de aumento de capital, que está em andamento na Telebras; e) prejuízo do exercício de 2019 no montante de R$ 237,5 milhões. Com relação a 2017, a variação foi positiva de 179,2% refletindo o efeito do processo de aumento de capital que está em andamento na Companhia.

Capacidade de pagamento

No exercício de 2019, a Telebras apresentou boa capacidade de honrar os seus compromissos financeiros assumidos conforme evidenciam os seus índices de liquidez: Índice de Liquidez corrente = 7,70 e Índice de Liquidez Geral = 2,25.

Estes índices demonstram que a empresa possui recursos de curto prazo e longo prazo suficientes para pagar seus compromissos de curto prazo e longo prazo.

Seu grau de endividamento e a composição do endividamento está relativamente baixo – 14,89% e 23,69 respectivamente - indicando que há pouca dependência do capital de terceiros. Seu índice de liquidez imediata apresentou crescimento considerável e fechou o ano de 2019 em 5,6204 (1,0059 em 2018), o que demonstra um certo conforto para cobertura dos compromissos assumidos pela Companhia no curtíssimo prazo.

Com a situação de classificação da Telebras como Empresa Estatal Dependente a partir do exercício de 2020, a Companhia passa a receber recursos orçamentários para pagamento de Pessoal e Outros Custeios.

A Empresa também mantém operações com instrumentos financeiros com limites de exposição a riscos de crédito aprovados pela administração. Seus instrumentos financeiros são inerentes às suas operações e não há operações em mercado de derivativos.

8. Políticas e práticas de governança corporativa

O aprimoramento das práticas de governança corporativa da Telebras é um processo constante que visa o alinhamento da Companhia com as melhores práticas realizadas pelo mercado, além do cumprimento das exigências do ambiente regulatório vigente, em especial os requisitos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Nossas políticas reforçam esse alinhamento, cabendo salientar a Política de Transações com Partes Relacionadas e de Gestão de Riscos, o Regulamento de Licitações e Contratos, dentre outras. O Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia passam por revisões periódicas para que estejam sempre em conformidade com as normas superiores e as melhores práticas adotadas pelo mercado. Além disso, a Telebras elabora o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa (Instrução CVM 586/2017) que segue os princípios básicos de

transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Os documentos estão disponíveis no portal da Telebras.

As mudanças organizacionais, ocorridas no exercício de 2019, trouxeram o foco para o aumento de competividade, eficiência e implementação da gestão de riscos. Os mecanismos de governança praticados exerceram um papel determinante com vistas a auxiliar a identificação dos pontos mais suscetíveis a riscos, com o propósito de implementar melhorias nesses pontos, bem como subsidiar melhor a tomada de decisão e atuação institucional.

Ademais, em 2019, a Companhia imprimiu esforço contínuo na evolução das práticas sobre o tema. Para isso, implementou as diretrizes cabíveis do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

Esse compromisso com o aprimoramento das práticas de governança corporativa rendeu à empresa, em 2019, o ingresso no 1º nível (nota 8,76) do Indicador de Governança (IG-SEST) desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia. Esse indicador avalia o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais (Lei 13.303) e das diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que visam à implementação de práticas relacionadas à governança corporativa nas Empresas Estatais Federais.

9. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

A estrutura organizacional da Telebras possui atribuições definidas compatíveis com a complexidade dos negócios, com a natureza das operações e a dimensão da exposição aos riscos, além de assegurar a transparência e completude das informações prestadas ao mercado e órgãos reguladores.

A estrutura de governança da Companhia é constituída pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Esses órgãos buscam alinhamento às boas práticas, bem como realizar atos de gestão com transparência e prestação de contas (*accountability*). A estrutura conta, ainda, com os seguintes comitês de apoio: Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD e Comitê de Elegibilidade – CET.

Nesse contexto, para auxiliar o atingimento dos objetivos estratégicos, incluindo o atendimento das políticas públicas, a Telebras adota o Modelo Referencial de Linhas de Defesa, que reforça as competências e responsabilidades de todas as áreas na gestão de riscos e controles.

O referido modelo promove maior inter-relação entre negócios, gestão de riscos, controles e auditoria, na busca contínua pela mitigação dos riscos, redução de perdas, melhoria dos processos, sustentabilidade e, por consequência, melhores resultados para os acionistas e para a sociedade.

No que tange às práticas adotadas para tratar eventuais atos suspeitos de desvios éticos, a Telebras disponibiliza os seguintes canais de denúncia:

- Por e-mail: etica@telebras.com.br; coaud@telebras.com.br; ouvidoria@telebras.com.br.
- Através do Fala.br (https://www.cgu.gov.br/falabr) que é uma plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação.
- Pelo portal da Telebras (https://www.telebras.com.br/acesso-a-informacao/ouvidoria/);
- Por telefone: (61) 2027-1161;
- Presencialmente, na ouvidoria da Telebras, no endereço SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A Salas 201, 202, 214 a 224, Edifício Capital Financial Center - Brasília – DF

Por fim, no âmbito da Governança Corporativa, a Telebras possui um conjunto de políticas específicas de gestão dos riscos e controles internos revisado e aprovado bianualmente no âmbito do Conselho de Administração (CA).

Informações detalhadas sobre as estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos podem ser encontradas na seção 5 do Formulário de Referência (disponível em telebras.com.br › Investidores › Formulário de Referência).

10. Fatores de Risco

A Telebras expõe no Formulário de Referência, os fatores de risco relacionados às políticas, aos processos, aos procedimentos, aos sistemas e modelos adotados na gestão de riscos, aos controles internos, ao *compliance* e à governança corporativa e às questões socioambientais que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, àqueles relacionados com o emissor e seu controlador, suas controladas e coligadas, seus fornecedores, seus clientes, setores da economia nos quais a Telebras atua.

Informações adicionais sobre fatores de riscos podem ser encontradas na seção 4 do Formulário de Referência (disponível em telebras.com.br › Investidores › Formulário de Referência).

11. Remuneração

A política de remuneração dos administradores e empregados, vigente em 2019, não estabeleceu, diretamente, relação entre a remuneração e o desempenho empresarial.

Todavia, o processo de reformulação da estratégia iniciado em 2019 aponta para a necessidade de implementar um modelo integrado de monitoramento do desempenho empresarial, estabelecendo relação de dependência entre os diversos indicadores, do nível estratégico ao funcional. O modelo a ser desenvolvido e implantado é pré-requisito para o estabelecimento de uma política de remuneração que varie em conformidade com os resultados entregues à sociedade.

A Alta Administração da Telebras compreende os membros estatutários da Companhia. São eles: membros do Conselho de Administração e Fiscal, Presidente, Diretores e membros dos Comitês de Auditoria (COAUD) e de Elegibilidade (CET).

Por determinação do Estatuto Social da Telebras, os membros do Comitê de Elegibilidade não são remunerados por suas atividades. Os demais casos são regulados pela Secretaria de Governança das Empresas Estatais – SEST. Em 2019 a Telebras elaborou proposta de remuneração, que foi remetida ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para apreciação e encaminhamento à SEST, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

A remuneração da Alta Administração é composta por honorários, gratificação natalina, adicional de férias, remuneração compensatória – quarentena, seguro de

vida, indenização de transferência, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde, previdência complementar, fundo de garantia por tempo de serviço e INSS patronal. Os honorários dos membros conselheiros são fixados em 10% da média dos honorários dos diretores da Companhia.

A **tabela 7** apresenta a remuneração dos administradores.

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
Data	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5	4,75	4	8	8	8
Nº de membros remunerados	5	4,75	4	8	8	8
Valor da maior remuneração (R$)	675. 546,04	666.262,45	476.300,43	58.192,70	60.176,72	44.230,85
Valor da menor remuneração (R$)	215.574,44	636.391,02	240.124,99	46.709,88	46.165,34	33.802,21
Valor médio da remuneração (R$)	390.631,82	615.067,98	367.737,55	54.191,49	51.654,25	42.937,01

	Conslho Fiscal			Comitê de Auditoria		
Data	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5	5	5	3	3	3
Nº de membros remunerados	5	5	5	3	3	3
Valor da maior remuneração (R$)	56.051,88	57.324,13	44.531,73	56.051,88	28.493,04	0,00
Valor da menor remuneração (R$)	28.015,94	57.324,13	44.230,84	56.051,88	28.493,04	0,00
Valor médio da remuneração (R$)	38.924,92	60.825,83	44.411,37	56.051,88	28.493,04	0,00

***Tabela 7** - Remuneração*

12. Comentário dos Administradores

A Telebras é empresa fundamental na execução de Políticas Públicas voltadas para a inclusão digital e conectividade das regiões mais remotas, tendo alcançado no exercício de 2019 os seguintes resultados:

- Mais de 2 milhões de alunos de escolas públicas afastadas com acesso à Internet de qualidade;
- Atendimento a pontos de interesse público: postos de saúde, postos de fronteira, órgãos públicos federais, comunidades indígenas e quilombolas;
- 15.015 circuitos instalados, crescimento de 311% se comparado aos 3.564 circuitos instalados em 2018. Se considerarmos apenas os circuitos satelitais, temos um total de 11.113 circuitos ativos em dezembro/2019. Foram 11.047 novos pontos entregues ao longo do ano;
- A Rede Nacional de Banda Larga da Telebras alcançou 32 mil quilômetros em 2019, um crescimento de 7,7% em relação ao ano de 2018;
- A receita operacional líquida da Companhia passou de R$ 199,65 milhões, em 2018, para R$ 204,25 milhões, em 2019. Merece destaque o Serviço de

Comunicação Multimídia que, em 2018, alcançava o montante de R$169,44 milhões e atingiu R$217,14 milhões em 2019: crescimento de 28,1% no período;

- Em 31.12.2019, a Companhia registou Patrimônio Líquido superior a R$ 1,64 bilhão, estando em andamento a capitalização dos recursos provenientes do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pelo Governo Federal, no montante de aproximadamente R$1,5 bilhão;
- Em 2019, alcançamos o primeiro nível do indicador de Governança IG-SEST, da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST, do Ministério da Economia, com a nota 8,76, a maior da história da Companhia;
- Em 31.12.2019, 350 colaboradores atuavam na Telebras, dos quais 298efetivos, 48 de livre provimento e 4 requisitados. Na mesma data, 52 colaboradores encontravam-se cedidos.

Desempenho das metas de resultados

Apesar do desempenho dos objetivos monitorados, os números sinalizam uma evolução positiva, mesmo com o baixo volume de investimentos.

Registre-se, ainda, o aprimoramento no acompanhamento dos resultados e as ações estruturantes em andamento, que propiciarão melhoria dos resultados da Telebras.

Objetivo Estratégico **Rentabilizar a Rede Terrestre**

O baixo desempenho das vendas e perda de clientes impactou o objetivo, resultando em um desempenho abaixo do esperado. Para 2020 estão previstas ações voltadas para elevação das vendas e retenção de clientes.

Objetivo Estratégico **Rentabilizar o SGDC**

Embora tenham disso atendidas praticamente todas as solicitações do MCTIC, representando um apoio expressivo às políticas públicas, nas regiões Norte e Nordeste, o desempenho em termos de rentabilização do SGDC foi insatisfatório.

Objetivo Estratégico **Alcançar o EVA Positivo**

O desempenho para o Objetivo Estratégico foi satisfatório, pois o EBITDA foi bem acima da meta estabelecida e os Custos e Despesas estiveram controlados e no mesmo patamar até novembro, quando houve um aumento significativo do custo dos serviços

e dos tributos. Dessa forma, o ano de 2019 foi marcado pelos esforços internos para o atendimento do interesse público com equilíbrio econômico-financeiro.

Em 2020, o desafio seria aumentar a utilização da capacidade do SGDC e da Rede Nacional de Banda Larga, possibilitando maior alcance social e rentabilidade dos investimentos realizados.

13. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

Em face das mudanças ocorridas no ambiente político e econômico no ano de 2019 resultantes da troca do Governo Federal, a Diretoria Executiva submeteu ao Conselho de Administração, e este aprovou, o processo de revisão da estratégia para o período de 2020 – 2024.

Os direcionadores estratégicos (missão, visão, valores, posicionamento estratégico e objetivos estratégicos) foram revisados ainda em 2019, reforçando a condição da Telebras de instrumento de Estado para execução de políticas públicas de telecomunicações.

O posicionamento estratégico definido para o período de 2020 – 2024, apresentado na **figura 2,** coloca a Telebras como agente central para o atendimento às políticas públicas de telecomunicações, reforçando os imperativos da segurança nacional e relevante interesse coletivo, que justificaram a criação da Telebras.

Figura 2 *- Posicionamento Estratégico da Telebras*

A missão, visão, valores e objetivos estratégicos definidos para o período de 2020 a 2024 são apresentados no mapa estratégico da **figura 3.**

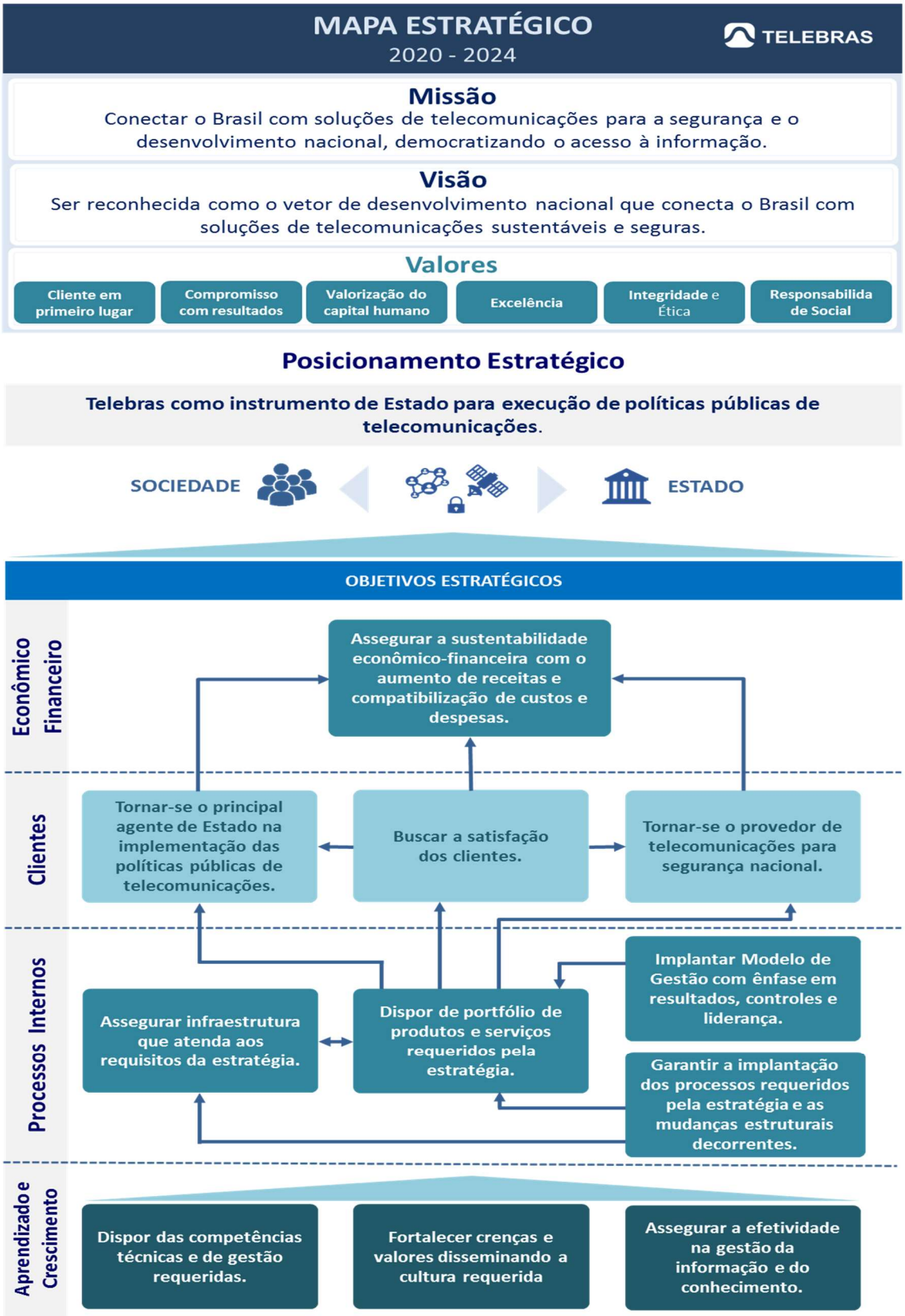


***Figura 3** - Mapa Estratégico para o período de 2020 a 2024*